



*[Texto compilado – atualizado até a Lei n.º 10.172, de 7 de junho de 2024]**

LEI N.º 3.912, DE 09 DE ABRIL DE 1992

~~Exige afixação, nos ônibus, de informações de interesse dos usuários.~~

Exige afixação, nos ônibus e nos pontos de parada, de informações de interesse dos usuários. *(Redação dada pela [Lei n.º 9.235](#), de 03 de julho de 2019)*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 17 de março de 1992, **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º. As empresas operadoras do serviço público de transporte coletivo farão inserir:

I – no interior dos ônibus:

a) aviso, medindo 20 x 30 cm, próximo ao motorista, em local visível ao usuário, com os dizeres: “RECLAMAÇÕES – Dirigir-se a (nome, endereço e telefone do órgão municipal competente), informando o prefixo deste ônibus, a linha e o horário da infração”;

b) cartaz, em local visível ao usuário, informando o valor da tarifa;

c) aviso informando a garantia de passagem gratuita para o usuário maior de sessenta e cinco anos; *(Acrescida pela [Lei n.º 4.124](#), de 27 de abril de 1993)*

~~**d)** cartão afixado no interior do veículo, visível ao passageiro, contendo a fotografia e os dados de identificação do motorista e os da linha e do veículo.~~ *(Acrescida pela [Lei n.º 5.030](#), de 1º de setembro de 1997, que foi revogada pela [Lei n.º 6.109](#), de 25 de agosto de 2003)*

d) cartaz de incentivo da doação de órgãos e tecidos humanos; *(Acrescida pela [Lei n.º 6.844](#), de 14 de junho de 2007, cujo art. 2º dispõe: “O cartaz referido no artigo anterior pode ter patrocínio privado.”)*

e) adesivo indicativo do ano de fabricação do veículo, preferencialmente ao lado das portas de entrada e de saída, ao lado do cobrador ou no vidro dianteiro; *(Acrescido pela [Lei n.º 9.184](#), de 08 de maio de 2019)*

*** Esta compilação foi elaborada pela Câmara Municipal de Jundiaí com a finalidade de facilitar a consulta por munícipes e demais interessados. Ela não substitui as leis publicadas na Imprensa Oficial do Município.**



(Texto compilado da Lei nº 3.912/1992 – pág. 2)

f) plaqueta de 8 cm X 2 cm (oito centímetros de largura por dois centímetros de altura) com seu respectivo número de identificação em braille, afixada no encosto dos bancos destinados às pessoas com deficiência; (Redação dada pela [Lei n.º 9.235](#), de 03 de julho de 2019)

g) cartaz informativo, em local visível e de fácil acesso aos usuários, preferencialmente próximo aos assentos prioritários, sobre o uso do cordão de girassol como meio de identificação de pessoas com deficiências ocultas, com orientações claras sobre o significado do cordão de girassol, com base na Lei Federal nº. 14.624, de 17 de julho de 2023; e na Lei Municipal nº. 9.879, de 09 de dezembro de 2022. (Acrescido pela [Lei n.º 10.172](#), de 07 de junho de 2024)

II – no exterior dos ônibus:

a) à direita da porta de entrada (traseira), o itinerário da linha a ser percorrido, trajetos de ida e de volta;

b) nas laterais, a expressão “Transporte coletivo de Jundiaí”;

~~e) na traseira, a denominação da empresa;~~

c) na traseira: (Redação dada e itens acrescentados pela [Lei n.º 6.583](#), de 22 de setembro de 2005)

1. a denominação da empresa;

2. adesivo, em fundo branco e letras negras, em tamanho e caracteres facilmente visíveis, com os seguintes dizeres:

**“DISQUE-DENÚNCIA
181
AJUDE A DIMINUIR A VIOLÊNCIA
DENUNCIE
ATENDIMENTO 24 HORAS
SIGILO ABSOLUTO”**

III – nos pontos inicial e final das linhas, quadro de horários respectivos.

Art. 2º. A infração do disposto nesta lei implica, em cada exigência, em cada veículo, multa no valor de:

I – 1 (uma) UFM-Unidade de Valor Fiscal do Município, no caso dos itens I e III do artigo anterior;

II – 5 (cinco) UFMs, no caso do item II do artigo anterior, com prazo de 10 (dez) dias da autuação para seu recolhimento.

Parágrafo único. A multa será duplicada em cada reincidência.



(Texto compilado da Lei nº 3.912/1992 – pág. 3)

~~Art. 2º-A. Em todos os pontos de parada de ônibus haverá placa indicativa de: (Acrescido pela Lei n.º 4.305, de 16 de fevereiro de 1994, que foi revogada pela Lei n.º 6.222, de 23 de dezembro de 2003)~~

~~I—linhas que servem o ponto; e~~

~~II—horários de saída das respectivas linhas.~~

~~Parágrafo único. A confecção das placas poderá contar com a iniciativa privada, de forma gratuita, que nelas poderá apor publicidade, segundo especificações dispostas em regulamento.~~

~~Art. 2º-B. Em todo ponto de parada de ônibus haverá placa indicativa de, no mínimo: (Acrescido pela Lei n.º 7.330, de 24 de agosto de 2009)~~

~~I—linhas que servem o ponto;~~

~~II—principais logradouros do itinerário de cada linha;~~

~~III—o logradouro e o bairro de destino.~~

Art. 2º-B. Em todo terminal e ponto de parada de ônibus haverá placas indicativas contendo, no mínimo, as seguintes informações: (Redação dada pela Lei n.º 10.140, de 25 de abril de 2024)

I – pontos de parada, percurso e ponto final; (Redação dada pela Lei n.º 10.140, de 25 de abril de 2024)

II – horários de partida e chegada em ambos os sentidos; (Redação dada pela Lei n.º 10.140, de 25 de abril de 2024)

III – QR Code para acesso ao App Já Jundiaí; (Redação dada pela Lei n.º 10.140, de 25 de abril de 2024)

IV – horários de operação; (Redação dada pela Lei n.º 10.140, de 25 de abril de 2024)

V – linhas que servem o ponto. (Redação dada pela Lei n.º 10.140, de 25 de abril de 2024)

Art. 2º-C. Todas as informações escritas disponibilizadas aos usuários em placas e cartazes, nos terminais das linhas e nos pontos de parada de ônibus, o serão também em “braille”. (Acrescido pela Lei n.º 7.775, de 16 de novembro de 2011)

Art. 3º. O disposto nesta lei será cumprido no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e as Leis n^{os}:

I – 1.309, de 20 de dezembro de 1965;

II – 2.370, de 30 de outubro de 1979;

III – 2.386, de 07 de novembro de 1979;

IV – 2.584, de 25 de junho de 1982;



(Texto compilado da Lei nº 3.912/1992 – pág. 4)

- V – 2.591, de 30 de agosto de 1982;
- VI – 2.643, de 26 de agosto de 1983;
- VII – 2.705, de 09 de maio de 1984;
- VIII – 3.069, de 10 de junho de 1987.

WALMOR BARBOSA MARTINS

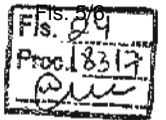
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos nove dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois.

MUZAIEL FERES MUZAIEL

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

\scpo



LEI Nº 3.912, DE 9 DE ABRIL DE 1.992

Exige afixação, nos ônibus, de informações de interesse dos usuários.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 17 de março de 1.992, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - As empresas operadoras do serviço público de transporte coletivo farão inserir.

I - no interior dos ônibus:

a) aviso, medindo 20 x 30 cm, próximo ao motorista, em local visível ao usuário, com os dizeres: "RECLAMAÇÕES - Dirigir-se a (nome, endereço e telefone do órgão municipal competente), informando o prefixo deste ônibus, a linha e o horário da infração";

b) cartaz, em local visível ao usuário, informando o valor da tarifa;

II - no exterior dos ônibus:

a) à direita da porta de entrada (traseira), o itinerário da linha a ser percorrido, trajetos de ida e de volta;

b) nas laterais, a expressão "Transporte coletivo de Jundiá";

c) na traseira, a denominação da empresa;

III - nos pontos inicial e final das linhas, quadro de horários respectivos.

Art. 2º - A infração do disposto nesta lei implica, em cada exigência, em cada veículo, multa no valor de:



I - 1 (uma) UFM-Unidade de Valor Fiscal do Município, no caso dos itens I e III do artigo anterior;

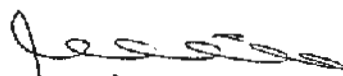
II - 5 (cinco) UFM's, no caso do item II do artigo anterior, com prazo de 10 (dez) dias da autuação para seu recolhimento.

Parágrafo único - A multa será duplicada em cada reincidência.

Art. 3º - O disposto nesta lei será cumprido no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e as Leis nºs:

- I - 1.309, de 20 de dezembro de 1965;
- II - 2.370, de 30 de outubro de 1979;
- III - 2.386, de 07 de novembro de 1979;
- IV - 2.584, de 25 de junho de 1982;
- V - 2.591, de 30 de agosto de 1982;
- VI - 2.643, de 26 de agosto de 1983;
- VII - 2.705, de 09 de maio de 1984;
- VIII - 3.069, de 10 de junho de 1987.


WALMOR BARBOSA MARTINS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos nove dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e dois.


MUZAIEL FERES MUZAIEL
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

na.-